

Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMAC

Câmara Técnica Permanente de Áreas Verdes e Patrimônio Ambiental

**ATA DE REUNIÃO**

<b>REUNIÃO:</b>	12 <sup>a</sup>			<b>DATA:</b>	28/04/2015
<b>INÍCIO:</b>	10:00 h		<b>TÉRMINO:</b>	13:15 h	
<b>LOCAL:</b>	Sala de reuniões do MA/GAB				
<b>COORDENADOR:</b>	Maria Cecilia Safady Guedes (suplente SMAC)				
<b>RELATOR:</b>	Maria Cecilia Safady Guedes (suplente SMAC)				

**Membros:**

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.
- Fundação Parques e Jardins – FPJ.
- Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU.
- Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico – AMAJB
- Grupo Ação Ecológica – GAE.
- Federação de Associação de Moradores – FAM/Rio
- Associação Profissional dos Engenheiros Florestais – APEFERJ
- Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT
- COMLURB

• **PARTICIPANTES**

**PRESENTES:** Maria Cecilia Safady Guedes (SMAC), Flávio Telles (FPJ), Abílio Tozini e João Ricardo Serafim (FAM/Rio), Luiz Octávio Lima Pereira (APEFERJ) e Luiz Edmundo de Andrade (CCBT).

**CONVIDADOS DA CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:** Frederico Moraes (SMAC), Alice Mendes Freitas (SMU), Adriano Melo (APEFERJ), Pedro Paulo Da Poian (CCBT) e Mauro Poirier (Defensores do Planeta).

**DEMAIS CONVIDADOS:** Marcelo Hudson, Felipe de Noronha Andrade, Brasileiro Vito Fico, Vivian Baldas e Mariana Ribeiro e Ricardo Couto (SMAC),

## 2- ASSUNTOS TRATADOS

Tratou-se de reunião extraordinária da Câmara Técnica de Áreas Verdes, com a participação da Câmara Técnica de Unidades de Conservação, cujo objetivo foi a apresentação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro (PMMA-Rio), pelo Biólogo Felipe Noronha (SMAC/CGCA/CMA) e sua posterior aprovação.

Após a apresentação, que durou cerca de 40 minutos, o PMMA-Rio foi discutido pelos presentes e aprovado por unanimidade pelos seguintes órgãos que compõe as duas câmaras técnicas em tela: SMAC, SMU, FPJ, FAM/RIO, CCBT, APEFERJ E Defensores do Planeta.

Foram os discutidos, nesta ordem, os seguintes assuntos antes da aprovação:

**Abílio Tozini (FAM-Rio):** Questionou quais as ações que serão adotadas no sentido de implantar efetivamente o plano, ressaltando a necessidade de proibir a retirada de fragmentos de mata atlântica e também os lançamentos de esgoto *in natura*. Ressaltou ainda o dano ambiental causado pelos loteamentos irregulares na AP-5 e a necessidade de maior respaldo jurídico aos fiscais da PCRJ.

**Ricardo Couto (SMAC):** Esclareceu que o PMMA não tem caráter proibitivo, mas procurou identificar os problemas e as soluções a serem adotadas, cabendo a posterior cobrança por parte da sociedade.

**Alice Freitas (SMU) –** Esclareceu que os processos de licenciamento de empreendimentos da SMU atendem à legislação em vigor e quando aplicável são encaminhados à SMAC e CEDAE (que analisa a questão do esgotamento sanitário) ou aos demais órgãos, que avaliam e emitem parecer em relação ao tema de sua competência.

**Luiz Octávio (APEFERJ) –** Esclareceu que os loteamentos irregulares que suprimem vegetação protegida devem ser encaminhados à Polícia e são atribuição também da SMU.

**Marcelo Hudson (SMAC)** - Esclareceu que não há como solucionar rapidamente os problemas levantados no PMMA, por isso, o mesmo estabelece prioridades.

**Mauro Poirier (Def. do Planeta)** - Questionou quais as ações que serão adotadas no sentido de implantar efetivamente o plano, ressaltando a necessidade da sua interface com outros planos, tais como mudanças climáticas, e como o plano vai atuar na defesa da diversidade biológica e recursos hídricos e da importância de implementar as unidades de conservação que estão no papel, pois a mata atlântica, por ser uma reserva da biosfera declarada pela UNESCO, recebe inúmeras denúncias de abandono das unidades no Rio. Além disso criticou a falta de participação da sociedade na elaboração do plano.

**Abílio Tozini (FAM-RIO)** - Ressaltou a necessidade da viabilização, por parte da PCRJ, da participação dos técnicos em reuniões, fora do horário do expediente, para discussões com a sociedade.

**Felipe Noronha e Ricardo Couto (SMAC)** - Explicaram que, apesar das convocações por diversos meios de comunicação, o retorno da sociedade foi baixo e que, a partir da aprovação do plano, o mesmo será divulgado para envolver a todos na discussão, a começar pelos próprios técnicos da SMAC. Informaram ainda que será elaborado um resumo do PMMA voltado à sociedade e ao grupo da SMAC que irá acompanhar a sua implantação.

**Luiz Edmundo (CCBT)** - Parabenizou a equipe da SMAC pelo excelente nível técnico do PMMA e fez as seguintes observações:

- Há necessidade de elaboração de um sumário executivo e de um cronograma de implantação;
- As forças da matriz FOFA talvez não estejam tão presentes, o que a torna otimista neste ponto.
- Os cenários descritos no PMMA são extremos (pior situação e ideal). Faltou o cenário possível.
- Faltou um levantamento do custo de implantação das ações.

**Viviam Baldas (SMAC)** - Mencionou dificuldades em utilizar a metodologia que mede a intensidade da força da matriz FOFA e ressaltou que é importante se conhecer o cenário ideal para se chegar ao possível.

**Ricardo Couto (SMAC)** - Esclareceu que o fato de um item estar como força na matriz FOFA não significa que ele não possa ser melhorado.

**Marcelo Hudson (SMAC)** - Esclareceu que o cenário intermediário ocorrerá em tempo real, a medida que o PMMA estiver em implantação, em função das próprias dificuldades que irão surgir.

**Luiz Octávio (APEFERJ)** - Também criticou a fraca participação da sociedade na elaboração do PMMA e o fato do mesmo não ter sido apresentado anteriormente a presente reunião de aprovação. Fez ainda as seguintes sugestões:

- Criação de estrutura interna para acompanhamento do PMMA;
- Inclusão de uma indicação para criação de legislação relativa às RPPN municipais.

**Abílio Tozini (FAM-Rio)** - Citou alguns aspectos que dificultam a participação popular, tais como os interesses privados defendidos por algumas ONG, o maior tempo que seria necessário para a elaboração do plano e a dificuldade de comparecimento das pessoas às reuniões, em função da mobilidade urbana e dos horários. Com isso ressaltou sua posição pela não terceirização do serviço público, tornando confiável o trabalho desenvolvido pelos técnicos, mesmo que com fraca participação popular.

**Vito (SMAC)** - Afirmou que a fraca participação popular tem sido comum neste tipo de trabalho e que isto não invalida o PMMA.

**Luiz Edmundo (CCBT)** - Afirmou que a participação popular não teria sido a forma mais recomendável para a fase de elaboração técnica do PMMA e que esta participação deve começar a partir da presente aprovação. Sugeriu que ocorram reuniões em horário útil e que as entidades enviem representantes que tenham disponibilidade para participar.

**Mauro Poirier (Def. do Planeta)** - Esclareceu que não questiona a qualidade do PMMA, mas reforça a necessidade da participação popular.

**Mariana Ribeiro (SMAC) e Luiz Octávio (APEFERJ)** - Ressaltaram a necessidade da disponibilização de resumo do PMMA.

#### **4 – PAUTA DA PROXIMA REUNIÃO**

- Elaborar a programação da CTAV para 2015;
- Continuação da discussão relativa ao fortalecimento da FPJ.

<b>Data:</b>	<b>13/05/2015 das 10h às 12h.</b>				
<b>Local:</b>	<b>Sala do CONSEMAC</b>				

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2015.

Maria cecilia Safady Guedes - SMAC.